



JORNAL ADUFMAT

BALANÇO DA GESTÃO LUTO PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA 2019/2021 - JULHO DE 2021

PANDEMIA E O ENSINO REMOTO DESABAM SOBRE AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS



**AINDA HÁ
LUTA CONTRA
FUTURE-SE
(P. 3).**

**INTERVENÇÃO NÃO É ELEIÇÃO: UFMT REALIZA
CONSULTA SEM PARIDADE PELA PRIMEIRA
VEZ PÓS DITADURA
(P. 3)**

**A COMUNICAÇÃO E A LUTA
CONTRA A REFORMA
ADMINISTRATIVA
(P. 4)**

EDITORIAL

LUTO PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA

O nome da gestão foi mesmo o tom do tempo vivido. Nos colocamos à disposição para lutar na direção do sindicato num momento de ascensão neofascista, no qual o ódio e a destruição fizeram parte da ordem do dia.

Lutamos contra o Future-se, contra a primeira eleição não paritária na UFMT desde a redemocratização, denunciámos e lutamos contra o reitor interventor, lutamos contra a Reforma da Previdência e estamos lutando contra a Reforma Administrativa.

Mas da luta, também experimentamos o luto. O luto da aprovação de uma devastadora "deforma" da Previdência, o luto da ratificação, sobretudo por professores, de uma eleição não paritária que indicou um interventor, apesar de termos chamado o boicote.

Vivenciamos o luto de um interventor velado, que aos olhos de muitos sequer é notado como aquele que impõe os projetos do governo genocida contra a comunidade acadêmica. Vivenciamos o luto de enterrar meio milhão de mortos enquanto o Governo promove a pandemia e nos impõe o papel de manter as aulas via ensino remoto, fingindo viver o "novo normal" (a barbárie naturalizada).

Nem nas análises de conjuntura mais pessimistas considerávamos que seria tão profundo o luto que passaríamos de uma pandemia em que governos pronunciaram um esbrachado "e daí?", enquanto a Reitoria, pouco mais zelosa, guardava um minuto de silêncio pelos mortos, entre um ataque e outro à comunidade acadêmica. Só a UFMT perdeu mais de 20 pessoas para a Covid-19, em menos de 2 anos.

A Luto Pela Universidade Pública deu as mãos para as lutas e ações de solidariedade de classe na distribuição de alimentos, materiais de higiene e máscaras, e com isso nos conectamos a imigrantes, estudantes empobrecidos, populações periféricas, povos indígenas e quilombolas.

A Luto Pela Universidade Pública andou ombro a ombro com diversas entidades nas lutas dos trabalhadores, como sindicatos, movimentos Negro e Indígena, movimentos de bairros, trabalhadoras terceirizadas, trabalhadoras da saúde. Nós acolhemos toda e qualquer pauta de luta de trabalhadores que nos tenham demandado. Em 2019, realizamos, pela primeira vez, atividades na Semana da Visibilidade Lésbica, aproximando o sindicato das pautas populares com vistas à ruptura do modelo social vigente.

A Luto Pela Universidade Pública ecoou também pelas redes sociais, em Lives, podcasts, spots e vídeos, e pelas ondas de rádio com o programa Pulso Cerrado, transmitido semanalmente nos bairros CPA e Osmar Cabral.

Nossa luta reverberou na risada escandalosa da nossa socialite socialista, Almerinda, que se tornou a cara da luta contra a Reforma Administrativa, alcançando um público que transcendeu o território mato-grossense.

Foram dois anos intensos, de grandes reflexões e embates, mas fecharemos nossa gestão com o festival cultural "Contra Atacar". Pois, se atacam as universidades, a Educação, os sindicatos, os artistas e todos aqueles que promovem o pensamento livre e crítico, já é hora de nos juntarmos para "Contra Atacar". Enquanto houver luta e resistência, haverá esperança.

Gestão Luto Pela Universidade Pública (2019-2021)



GESTÃO: LUTO PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA!

Diretor Geral: Aldi Nestor de Souza

Diretora Geral Adjunta: Quélen de Lima Barcelos

Diretor Secretário: Elvis Lira daSilva

2º Diretor Secretário: Maelison da Silva Neves

Diretor Tesoureiro: Djeison Benetti

2ª Diretora Tesoureira: Liliane Capilé Charbel
Novais

Diretora de Assuntos de Aposentadoria: Maria
LuzineteAlves Vanzeler

Diretora de Imprensa: Lélica Elis P. de Lacerda

Diretor de Assuntos Sócio-Culturais: Armando
Wilson Tafner Junior

Conselho Fiscal: Dorival Gonçalves,

Frederico José, Andries Lopes,

Vinicius Machado Pereira dos Santos

Suplentes: Alair Suzeti da Silveira,

Einstein Lemos de Aguiar

Representantes de Subseção campus Sinop:

Gerdine Sanson, Gustavo Canale,

Arlindo Machado Neto, Fábio Borges

Representantes de Subseção campus Araguaia:

Eliel Ferreira, Grazielle Pena, Frederico Guirra

Jornalista Responsável: Luana Soutos

(DRT 1676/MT)

Texto: Luana Soutos e Leticia Corrêa

Av. Fernando Correa da Costa, S/Nº

Coxipó | Campus UFMT | Cuiabá

Cep. 78.060-900 | Mato Grosso | Brasil

(65) 99686-8732 • (65) 3615-8293

adufmat@terra.com.br • www.adufmat.org.br

PANDEMIA E ENSINO REMOTO DESPENCAM SOBRE AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

A Adufmat-Ssind alertou para as precarizações do ensino remoto, e reivindicou que a universidade se concentrasse em produzir ciência e tecnologia

Com a pandemia, além do medo da morte, o medo real e já esperado da imposição do ensino à distância se consolidou. A Universidade Federal de Mato Grosso decidiu aderir ao ensino remoto, de maneira não obrigatória, em reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão no dia 08/07/20. O Movimento Estudantil, desde o princípio, afirmou que a modalidade atenderia somente parte dos estudantes. A opção pela obrigatoriedade do ensino remoto na instituição veio em dezembro, sem nenhum indício de que a experiência havia atendido o mínimo das expectativas iniciais.

A Adufmat-Ssind chamou a atenção para a precarização da vida dos estudantes, que inviabilizaria o acesso ao ensino remoto. A própria UFMT apresentou dados demonstrando que 69% dos alunos têm média salarial familiar de até um salário mínimo e meio por mês e outros 19% têm renda de até três salários mínimos, o que significa que mais de 85% dos estudantes da UFMT são de baixa renda e não teriam condições estruturais para acompanhar aulas à distância. O sindicato também alertou para a precarização das relações de trabalho entre os docentes, seja pela falta de oferta de equipamentos ou por suporte técnico da universidade.

As relações de ensino-aprendizagem mediadas exclusivamente por meios digitais, distanciando estudantes e professores, seriam prejudicadas também pelas condições de saúde física e mental, já abaladas pela situação pandêmica. Para o suporte dos alunos que não possuíam acesso ao ensino remoto, UFMT disponibilizou dois editais de auxílio estudantil aos que não possuíam acesso à internet ou equipamentos, totalizando R\$1500,00 para custeio de internet e compra de equipamentos. No entanto, de acordo com a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, em 2020, 1411 alunos foram contemplados com os auxílios de inclusão digital. Isso significa que mais de 80% dos estudantes da universidade não tiveram a possibilidade de receber auxílios.

Em um debate promovido pela Adufmat-Ssind no período da decisão, a diretora de Comunicação, Lélica Lacerda, expôs sua indignação com a decisão de tornar o ensino remoto obrigatório. "Estamos criando um ambiente de fracasso escolar. Todos esses efeitos são agravados pela pandemia e o papel da universidade não é fingir que está formando profissionais capacitados, é produzir ciência e tecnologia" destacou.

Os relatos entre os docentes apontam que, além do contexto de caos social, os recursos tecnológicos disponibilizados pela universidade ainda não são suficientes para garantir o mínimo de qualidade às aulas, e menos ainda a participação dos estudantes.

UFMT DIZ NÃO AO PROJETO FUTURE-SE

No dia 17/07/19, o Ministério da Educação (MEC) apresentou o programa "Future-se", para facilitar parcerias entre as Universidades e Institutos Federais e organizações de direito privado. Para o Governo, o programa seria a solução para os cortes de recursos, e garantiria autonomia financeira às instituições.

Diante da ideia velha, trazida como grande novidade, as comunidades acadêmicas de todo o país se mobilizaram. Dependendo de recursos privados para funcionar não é ter autonomia financeira, muito pelo contrário, é atrelar a produção científica aos interesses do setor privado. Na UFMT, uma grande assembleia geral unificada, realizada entre Adufmat-Ssind, DCE e Sintuf-MT na terça-feira, 05/11, rejeitou a proposta.

A instituição reuniu seus três conselhos superiores em 06/11/19. Com a sala lotada, os conselheiros ratificaram a decisão da comunidade acadêmica e rejeitaram a adesão ao Future-se. Uma grande vitória. "O ensino e a pesquisa da universidade não são todos mercantilizáveis. Se ficarmos com o financiamento exclusivo do fundo privado, alguns cursos e áreas vão simplesmente sucumbir por falta de recursos", afirmou a diretora de Comunicação da Adufmat-Ssind, Lélica Lacerda, à época. Quase um ano após o programa ter sido lançado e sofrer algumas alterações, em junho de 2020, foi entregue à Câmara dos Deputados e passou a tramitar como PL 3076/2020, aguardando para seguir para o Senado. **Os cortes de recursos persistem e a luta contra o Future-se continua!**



ENTIDADES DENUNCIAM: O QUE FOI APROVADO NA UFMT NÃO FOI UMA ELEIÇÃO, MAS UMA INTERVENÇÃO POLÍTICA

Em 2020, pela primeira vez desde a reabertura política no Brasil, a Consulta para a Reitoria da Universidade Federal de Mato Grosso foi realizada sem a participação efetiva da comunidade acadêmica. A UFMT foi reconhecida nacionalmente como uma das primeiras do país – se não a primeira – a ter suas consultas para a Reitoria com voto universal e paritário respeitada pelos governos, uma conquista histórica das entidades representativas de docentes, técnicos e estudantes que sinalizava, já em 1982, a derrocada de 20 anos de ditadura militar.

Trinta e oito anos depois, o histórico foi interrompido. Numa reunião conjunta de conselhos universitários, realizada no dia 17/06, algumas pessoas se sentiram autorizadas a atropelar a história da universidade para atender o Governo Federal - que prefere indicar aqueles que se alinham politicamente, e não necessariamente os escolhidos pelas comunidades acadêmicas. Assim, formaram um colégio eleitoral para realizar a consulta.

A reunião que atropelou a realidade da pandemia e a importância do debate sobre a condução da universidade também ignorou a relevância da vontade da comunidade acadêmica e das entidades representativas que conquistaram e garantiram o direito à realização das consultas para a Reitoria por mais de 30 anos. Descrita por docentes como um "lamentável show de horror", além de cerceamento, as entidades relataram agressões verbais.

"Esse processo tentou legitimar a presença de um interventor, com uma pseudo aparência democrática. Tanto pela forma autoritária como foi imposto, desrespeitando a histórica conquista da UFMT, que em pleno regime militar realizou a consulta com a votação paritária, quanto por ser no meio da pandemia, quando a preocupação deveria ser salvar vidas. A reunião sequer respeitou a tradição democrática de inscrições e debates, foi totalmente alheia às entidades representativas. A UFMT tinha autonomia para postergar o mandato do reitor", afirmou a diretora da Adufmat-Ssind, Lélica Lacerda, ressaltando que a autonomia universitária é muito mais do que o simples ato de votar, é antes de tudo um espaço para exposição do contraditório e debate sobre os problemas e desafios da instituição.

Diante do cenário, alguns pré-candidatos à Reitoria, que há meses dialogavam sobre suas propostas com a comunidade acadêmica, retiraram as candidaturas. Logo após a nomeação dos indicados na lista tríplice, os professores Evandro Soares, como reitor, e Rosaline Lunardi, como vice, as chapas derrotadas confirmaram as suspeitas sobre as fragilidades do pleito, iniciando processos administrativos e judiciais que questionaram justamente os aspectos levantados pelas entidades representativas antes da consulta. A nomeação foi mantida, mas a Adufmat-Ssind tem denunciado a falta de abertura para diálogo por parte da Reitoria, bem como a naturalização da administração acerca dos cortes de recursos feitos pelo Governo Federal, com o objetivo de empurrar a universidade pública para as mãos da iniciativa privada.

PEC 186/19 CONGELA SALÁRIOS E ABRE CAMINHO PARA MAIS UMA REFORMA ADMINISTRATIVA

Em 15/03/21, o Congresso Nacional promulgou a Proposta de Emenda Constitucional 186, que embora tenha sido apresentada no final de 2019, quase dois anos depois ficou conhecida como PEC Emergencial. O Governo Federal e seus parceiros na Casa de Leis resolveram acordar que a disponibilização de novos auxílios emergenciais seria condicionada à aprovação da PEC.

A proposta, no entanto, é parte de um projeto governamental que pretende reduzir o papel do Estado, desde muito antes da pandemia. A PEC 186, apresentada em 2019 no "Plano Mais Brasil", estabeleceu uma margem de 95% de utilização dos recursos arrecadados para autorizar a suspensão de: aumentos, reajustes ou adequações de remuneração de servidores públicos; concursos públicos; criações de cargos, empregos ou de função públicas que impliquem aumento de gastos; admissão ou contratação de pessoal; a criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios; e ainda facultou aos estados e municípios a possibilidade de adotarem a mesma regra. Junto a Emenda Constitucional 95/16 (Teto de Gastos), fazendo coro à falácia da "responsabilidade fiscal", a PEC é mais uma política neoliberal de destruição do Estado.

Desde que foi publicada, em cinco de outubro de 1988, a Constituição Federal passou por centenas de emendas constitucionais, sempre fragilizando a estrutura estatal e, conseqüentemente, os direitos sociais que visa garantir. Essas modificações ocorreram em todos os governos brasileiros, mas foram os planos "Collor" de Fernando Collor de Melo, e "Diretor de Reforma do Aparelho do Estado", de Fernando Henrique Cardoso, que se destacaram pelas propostas de emendas diretamente voltadas a alterações da burocracia estatal.

Apenas 33 anos depois, quando muito do que preconiza a Carta Magna ainda nem foi consolidado, o Governo Federal e seus cúmplices do Congresso Nacional, mobilizados pela iniciativa privada, planejam o golpe de morte. A Reforma Administrativa de Jair Bolsonaro (PEC 32) apresenta alterações mais drásticas, modificando totalmente a forma de execução das políticas e contratações feitas pelo Estado, com o objetivo de entregar direitos nas mãos de grupos privados interessados em lucrar.

Os pontos mais sensíveis da PEC 32/20 são a precarização dos contratos, que colocam os servidores públicos em condição de maior fragilidade e permite todo tipo de barganha com os cargos públicos; introdução do princípio de subsidiariedade, no qual o Estado atua como um igual, e não como um ente superior ao setor privado; e a cessão de superpoderes ao presidente da República, que passaria a poder destruir instituições e autarquias com apenas uma canetada.

Na avaliação da diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso, a relação entre as propostas de emenda 186/19 e 32/20 é claramente a imposição do projeto neoliberal de destruição do Estado, justamente quando ele se mostra mais necessário à população. "Com a desculpa de conseguir R\$ 44 bilhões por fora do teto de gastos para conceder o auxílio emergencial muito menor do que concedeu aos bancos [R\$ 1,2 trilhões], o Governo propõe 15 anos de suspensão de direitos. Até parece uma chantagem: querem que a população fique em casa? Então paguem por isso. Nós sabemos que isso é parte das políticas que visam enxugar ao máximo o papel do Estado, prejudicando profundamente os servidores e a população que se beneficia dos serviços públicos", afirmou a diretora do sindicato, Lélia Lacerda.

As mobilizações de trabalhadores e entidades classistas, mesmo em tempos de medo e reclusão, foram capazes de barrar itens ainda mais agressivos da PEC 186/19, como o que proibia promoções funcionais ou progressão de carreira de qualquer servidor ou empregado público, o que desvinculava receitas a fundos específicos, e o que possibilitava a redução de até 25% de salários e jornadas de trabalho. Organização e mobilização que deverão aumentar, pois são a única forma de barrar a aprovação da Reforma Administrativa, que começou a tramitar no início de junho deste ano.

A Comunicação e a Luta contra a Reforma Administrativa

A gestão Luto Pela Universidade Pública encarou a Comunicação como parte estratégica da luta sindical. Por isso, reestruturou a equipe da Adufmat-Ssind, contratando um publicitário e um profissional do audiovisual para somar ao jornalismo. Além disso, bolsistas de cada uma das três áreas têm contribuído para a elaboração de materiais como spots, podcasts e programas de rádio, vídeos e Lives, junto aos materiais produzidos cotidianamente.

Além de textos para o site e imprensa local, jornais, faixas e panfletos, a Adufmat-Ssind colocou no ar o programa Pulso Cerrado, exibido todos os sábados nas rádios comunitária do CPA (105,9 FM) e Osmar Cabral (104,7 FM) e disponível também nos canais oficiais da Adufmat-Ssind no Facebook e Youtube. Desde o início da pandemia, o sindicato, seja pela diretoria ou Grupos de Trabalho, promoveu dezenas de Lives com representantes locais e nacionais que atuam na defesa dos direitos sociais, trabalhistas, dos serviços públicos, do Meio Ambiente, dos povos tradicionais, entre outros.

Por meio da conhecida personagem local, Almerinda, a Adufmat-Ssind tem repercutido a pauta contra a Reforma Administrativa para além dos limites do território mato-grossense. Foram milhares de cliques nas redes sociais, que demandaram também a criação da Live "De papo com a Almerinda", ainda em fase de experimentação.

Todo esse trabalho, além de levar informações que interessam à população, mas não são publicadas pela mídia convencional, também visa apresentar as demandas dos docentes da UFMT e promover a devida valorização dos serviços públicos e dos servidores.



NA LUTA DE CLASSES, TODAS AS ARMAS SÃO BOAS: PEDRAS, NOITE E POEMAS

A atual diretoria será encerrada deixando uma semente de esperança. Inspirado na mensagem de Leminski, o sindicato fará a primeira edição do Festival "Contra Atacar", que premiará artistas locais nas categorias Música e Poema em Live Cultural no dia 07/07, às 19h.

O prêmio para quem vencer na categoria Música será o patrocínio da produção de um clipe single (áudio + videoclipe) no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Para quem vencer na categoria Poema, o prêmio corresponderá ao patrocínio da produção de um webclipe no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Também serão pagos cachês no valor de R\$ 200,00 para as músicas e poemas classificados em 2º, 3º e 4º lugares, e de R\$ 400,00 para a música e o poema vencedores.

Se atacam as universidades, a Educação, os sindicatos, os artistas e todos aqueles que promovem o pensamento livre e crítico, é passada a hora de se promover o contra ataque. Enquanto houver luta e resistência, haverá esperança.

Mais informações sobre o prêmio e os editais a ele relacionados no site do sindicato: www.adufmat.org.br.

